

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 2141/2016

1 – UNIDADE REQUISITANTE: Coordenadoria Administrativa e Judiciária do Fórum Autran Nunes - CADJFAN

2 – OBJETO: contratação empresa especializada na prestação de serviços de controle e combate de vetores e pragas urbanas (cupins, formigas, mosquitos, inclusive *Aedes aegypti*, insetos, ratos, e etc.) - desintetização, desratização e descupinização em todas as dependências do Tribunal Regional do Trabalho, do Fórum Autran Nunes, das Varas do Trabalho da Região Metropolitana e interior do Estado com fornecimento de material necessária à execução dos serviços.

JUSTIFICATIVA: A necessidade do serviço decorre da obrigatoriedade ao cumprimento das normas de higiene sanitária nas edificações, bem como da inexistência de material adequado e servidor qualificado no quadro deste Regional. A desaprovação de nosso pleito submeterá este Órgão a desagradáveis investidas de insetos, ratos e animais peçonhentos, expondo os juízes, servidores e usuários às doenças por eles transmitidas.

A solicitação alinha-se com o objetivo nº 9 do planejamento estratégico institucional – PEI TRT7 2015/2020, uma vez que um ambiente em mau estado de conservação, asseio e higiene prejudica a saúde do ser humano e, conseqüentemente, compromete a prestação jurisdicional.

Trata-se de execução de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 10.520/02, c/c o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto nº 3.555/00 e parágrafo primeiro do artigo 2º do Decreto nº 5.450/05.

O agrupamento dos serviços em lotes, conforme Anexo I, deu-se em razão das localidades e da economia de escala.

3 – Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- a) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;
- b) habilitação jurídica;
- c) regularidade fiscal e trabalhista;
- d) qualificação técnica.

3.1 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da CF, dar-se-á mediante declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

3.2. Os documentos relativos à Habilitação jurídica são:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3. Os documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista são:

a) Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS) e Municipal;

b) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.4. **A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

3.4.1. **Licença para funcionamento concedida pela autoridade sanitária e ambiental competente, nos termos da RDC 52/2009 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.**

3.4.1.1. A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

3.4.2. **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou os serviços de controle de vetores e pragas.

3.4.3. **Certidão de registro** da empresa e do responsável técnico junto ao conselho profissional competente.

3.4.3.1. O registro da empresa deverá ser no mesmo conselho profissional do seu responsável técnico (conforme Resolução de Diretoria Colegiada da ANVISA, nº 52/2009);

3.4.4. O proponente deve ser **especializado no ramo de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas**, e possuir responsável técnico devidamente habilitado para o exercício da função.

3.4.4.1. A comprovação **dos requisitos** acima especificados será feita por meio da apresentação dos documentos:

3.4.4.1.1. **Ato constitutivo** na forma prevista no item que trata da habilitação jurídica de sorte a comprovar o ramo de atividade e a sua especialização;

3.4.4.1.2. **A comprovação do vínculo profissional** do responsável técnico, devidamente habilitado, será realizada mediante a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou da ficha de registro de empregado, ou ainda por contrato de prestação de serviço, ou por contrato social do licitante onde conste o profissional como sócio, devidamente autenticados.

3.4.5. **Inscrição** no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP.

4 – **ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:** O serviço preventivo de desinsetização, desratização e descupinização completo deverá ser executado de forma preventiva trimestralmente, em todas as dependências do TRT-Sede, Fórum Autran Nunes, Varas do Trabalho da Região Metropolitana e do interior do Estado, compreendendo todos os andares, forros, sótãos, caixa de corrida de elevadores, shafts, subsolos, escadas, casas de máquinas, poços de exaustão, áreas externas, jardins, cobertas, caixas coletoras sanitárias e restaurante, com fornecimento de material atóxico e necessário, considerados de boa qualidade à execução dos serviços.

As especificações referentes aos locais onde os serviços serão prestados encontram-se nos anexos I e II a este termo.

4.2 **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:** Devem ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade (conforme item 5.2.7 do Guia de contratações sustentáveis da Justiça do Trabalho):

- a) Estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
- b) Aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA;
- c) Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010;
- d) Elaborar e implementar Programa de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;
- e) Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;
- f) Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas nas políticas de responsabilidade socioambiental do TRT-CE.
- g) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.

5 – **DADOS COMPLEMENTARES:**

5.1 **DA PROPOSTA DE PREÇO:** No preço ofertado deverão estar inclusos todas as despesas com equipamentos e pessoal, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos, mão-de-obra e demais despesas necessárias à plena execução do serviço.

5.1.1 Apresentar a Tabela de Produtos a serem utilizados, conforme modelo abaixo:

TABELA DE PRODUTOS A SEREM UTILIZADOS					
PRAGA ALVO	PRINCÍPIO ATIVO	REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	GRUPO QUÍMICO	AÇÃO TÓXICA	ANTÍDOTO DE TRATAMENTO

5.1.1 As alterações dos produtos, caso haja, deverão ser informadas da mesma forma antes da execução do serviço.

5.2 TERMO DE VISTORIA: A empresa interessada poderá realizar visita às dependências do TRT-Sede, Fórum Autran Nunes, Varas do Trabalho da Região Metropolitana e do interior do Estado a fim de conhecer os locais de prestação de serviços. Não será motivo de inabilitação da licitante a não realização da visita, entretanto, implicará na aceitação tácita das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação.

Informações para o agendamento das visitas: Conforme planilha anexa II.

5.3 LOCAL, HORÁRIO e DIAS DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

5.3.1 O serviço preventivo de desinsetização, desratização e descupinização deverá ser executado no início de cada período trimestral, nos prédios do Tribunal, do Fórum e das Varas de Trabalho do interior, em até dois dias, em cada localidade, no horário de 14:30 às 19:00 horas, de acordo com o cronograma elaborado pelos Fiscais do contrato juntamente com a contratada.

5.3.2 O serviço corretivo deverá ser realizado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação da fiscalização do contrato.

5.3.3 Na entrega do serviço toda a sujeira proveniente da execução deverá ser recolhida pela contratada e todos os danos acaso ocorridos, reparados.

5.4 RECEBIMENTO DO SERVIÇO: Os serviços serão recebidos trimestralmente:

a) Provisoriamente, pelo fiscal que acompanhou a execução do contrato, com base no que foi observado ao longo do acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes imediatamente após a execução, condicionada ao recebimento da Nota Fiscal.

b) Definitivamente, a cargo de outro servidor ou comissão responsável pelo recebimento definitivo, no prazo de até 5 dias, com base na verificação do trabalho feito pelo fiscal e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dita, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, observado o disposto no art. 69 da Lei nº. 8.666/93.

5.5 PRAZO DE GARANTIA DO SERVIÇO: Obriga-se a empresa contratada a prestar serviço de desinsetização, desratização e descupinização por um prazo de 90 (noventa) dias após o término do contrato, caso sejam detectados focos de insetos cuja eliminação seja objeto do presente termo.

6 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 Caberá a fiscalização do Contrato tanto para o TRT- Sede e seus anexos, como para o Fórum Autran Nunes e seus anexos, ao Diretor da Coordenadoria Administrativa e Judiciária do Fórum Autran Nunes, Vilebaldo Barbosa Martins Filho, auxiliada no TRT Sede e seus anexos, pela Técnica Judiciária, Maria Luciene Bezerra da Silva, Coordenadora do Setor de Apoio Administrativo, e, no Fórum Autran

Nunes e seus anexos, pelo Técnico Judiciário, Napoleão Pereira de Souza Júnior, Coordenador do Setor de Zeladoria do Fórum Autran Nunes.

6.2 A fiscalização da execução no Fóruns/Varas do Trabalho da Região Metropolitana e Interior será realizada pelos respectivos Diretores de Varas ou por servidor designado.

6.3 Justifica-se a centralização da fiscalização, como forma de garantir a observância das competências que envolvam providências dependentes de outra Diretoria de mesmo nível hierárquico.

6.4 A Administração poderá designar outro fiscal, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

6.5 Aos fiscais do Contrato competirá administrar a execução dos serviços, elaborar cronograma de execução, atestar as respectivas Notas Fiscais para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

6.6 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas pelos fiscais do Contrato, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

6.7 A ação de fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

6.8 As informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada deverão ser prestados pelos fiscais do Contrato.

7 - DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado trimestralmente na conta bancária fornecida pela empresa, em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento definitivo, ocasião em que o Tribunal verificará a regularidade da empresa com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com o Município, com a Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) .

8 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso dos empregados e/ou prepostos da Contratada às dependências do Tribunal correlatas à execução dos serviços.

8.2 Estabelecer, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato o cronograma de execução do serviço.

8.3 Emitir a Nota de Empenho para o início da execução dos serviços.

8.4 Atestar as Notas fiscais/Faturas para efeito de pagamento.

8.5 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada.

8.6 Efetuar os pagamentos na forma e no prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

8.7 Fiscalizar a execução dos serviços de acordo com o estabelecido neste Termo.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1 Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada durante esse período;

- 9.2 Entregar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente ao relatório contratado, devidamente registrado no Conselho profissional do responsável técnico, em dez dias do recebimento do contrato ou instrumento equivalente.
- 9.3 Promover, durante a jornada de trabalho de todos os empregados disponibilizados para a prestação dos serviços, capacitação em saúde e segurança do trabalho, com ênfase na prevenção de acidentes, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, nos termos da Resolução nº 98, de 20/04/2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- 9.4 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR 6 do MTE.
- 9.5 Executar os serviços na forma, prazo e condições estipulados neste Termo de Referência.
- 9.6 Iniciar os serviços contratados após a assinatura do contrato ou recebimento de instrumento equivalente, de acordo com o cronograma elaborado pelos fiscais do Contrato.
- 9.7 Manter LICENÇA válida expedida pela autoridade sanitária e ambiental.
- 9.8 Utilizar apenas produtos registrados no Ministério da Saúde. As informações devem constar do rótulo da embalagem.
- 9.9 Expedir laudo descritivo dos procedimentos realizados, devidamente assinado por técnico habilitado responsável pelo serviço.
- 9.10 Fornecer as ferramentas e equipamentos adequados e necessários aos serviços, inclusive as armadilhas para roedores.
- 9.11 Apresentar relatórios trimestrais de localização de pragas no interior da edificação, por ocasião da execução dos serviços de desinsetização, desratização, descupinização e providências adotadas ao combate.
- 9.12 Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 9.13 O aparecimento de pragas nas edificações em que foram executados os serviços em período compreendido entre cada dedetização bem como durante o prazo de garantia, obriga à empresa contratada a efetuar, em 24 (vinte e quatro) horas, trabalho corretivo, sem acréscimo ao valor contratual.
- 9.14 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, tributos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados em razão do objeto contratado, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com este TRT.
- 9.15 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao TRT da 7ª Região ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 9.16 Reparar em até 48 horas qualquer dano causado ao patrimônio do Fórum Autran Nunes decorrente da execução dos serviços.
- 9.17 Recolher, de imediato, toda a sujeira proveniente da execução.

9.18 Responsabilizar-se pela devida identificação (crachá) e uniformização de seus funcionários durante todo o período destinado ao cumprimento do serviço objeto deste Termo, bem como pelo fornecimento dos adequados E.P.I.'s.

9.19 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

9.20 Aceitar os acréscimos ou supressões que julgados necessários pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei 8.666/93.

9.21 Executar diretamente os serviços de acordo com as rotinas e parâmetros estabelecidos neste Termo, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações. Os serviços deverão ser executados de maneira a não interferir no andamento da rotina de funcionamento do CONTRATANTE.

10 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1 O atraso injustificado no atendimento à convocação para recebimento da Ordem de Serviço ou na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor da parcela não prestada tempestivamente limitada a 5% por cento.

10.2 Se o atraso de que trata o item supra ultrapassar o prazo de 15 dias, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

10.3 Além da sanção prevista no item supra, a Contratada poderá incorrer nas seguintes sanções:

a) Advertência;

b) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do Contrato;

c) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, na hipótese de inexecução total;

d) multa, no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do Contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

10.4 A Contratada estará sujeita ainda a outras sanções administrativas, conforme a modalidade de Licitação a ser adotada.

10.5 A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou e-mail.

11 - VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

12 - REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço global.

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente desta contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Regional.

14 - VALOR ESTIMADO DOS SERVIÇOS: Conforme planilha anexa.

15 - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQÜENTES: Haverá impacto orçamentário no exercício financeiro de 2017 referente ao contratado em 2016. O impacto orçamentário referente ao restante do exercício de 2017 e o exercício de 2018 dependerá de eventual prorrogação contratual.

Fortaleza, 17 de fevereiro de 2017.

Vilebaldo Barbosa Martins Filho

Diretora da Coordenadoria Administrativa e Judiciária do Fórum Autran Nunes

Anexo I do Termo de Referência
ÁREAS

Lote 1	LOCALIDADE	Área total (m²)
1	Prédio Anexo I do TRT	5577,72
	Prédio Anexo II do TRT	7911,05
	Casa Sede - TRT	4232,96
2	Casa entre os prédios	262,27
	Prédio Anexo do Fórum A.Nunes	1388,52
3	Vara do Trabalho de Baturité	440,96
4	Vara do Trabalho de Caucaia	440,96
5	Vara do Trabalho de Maracanaú	597,74
6	Vara do Trabalho de Eusébio	421,20
	Depósito Jabuti - Eusébio	1486,31
7	Vara do Trabalho de São Gonçalo	144,01
8	Vara do Trabalho de Pacajus	440,96
Lote 2	LOCALIDADE	Área total (m²)
Item		

1	Vara do Trabalho de Limoeiro	440,96
2	Vara do Trabalho de Quixadá	595,74
3	Posto Avançado de Aracati	472,78
Lote 3	LOCALIDADE	Área total (m²)
Item		
1	Vara do Trabalho de Crateús	440,96
2	Vara do Trabalho de Sobral	829,77
3	Vara do Trabalho de Tianguá	440,96
Lote 4	LOCALIDADE	Área total (m²)
Item		
1	Fórum do Cariri	3667,17
2	Vara do Trabalho de Iguatu	689,56

Anexo II do Termo de Referência

A prestação dos serviços ocorrerá nos seguintes locais:

- 1)** TRT - Casa Sede, Anexos I e II, situados na Av. Santos Dumont, 3384, Aldeota, Fortaleza, Ceará.
Telefone: 0XX85 3388.9333

- 2) Edifícios Sede Antiga Casa entre os prédios e Anexo I, situados na Av. Tristão Gonçalves, 912, Centro, Fortaleza, Ceará. Telefone: 0XX85 3308.5961; 3308.5994.
- 3) Vara do Trabalho de Baturité, situado na Rua Major Pedro Catão, 450, Mondego, Baturité, Ceará. Telefone: 0XX85 3347 1332; 3347.1018.
- 4) Vara do Trabalho de Eusébio, Rua Demerval Carneiro, 115, Centro, Eusébio – Ceará 00XX85 3260.5514
- 5) Depósito Jabuti / Eusébio, Rua Raul Tavares, 500C, Jabuti, Eusébio/Ceará 0XX85 3388.9417
- 6) Vara do Trabalho de Caucaia, situado na Av. Contorno Sul, S/N, Planalto Caucaia, Caucaia, Ceará. Telefone: 0XX85 3342.2334; 3342.2873.
- 7) Vara do Trabalho de Maracanaú, situada na Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, 80, Maracanaú, Ceará. Telefone 0XX85 3371.2430, 3371.2087.
- 8) Vara do Trabalho de Pacajus, situado na Av. Vice-Prefeito Expedito Chaves Cavalcante, S/N, Cruz das Almas, Pacajus, Ceará. Telefone: 0XX85 3348.0228; 3342.0521
- 9) Vara do Trabalho de São Gonçalo, situado na Rua Santos Dumont, 28 Centro, São Gonçalo do Amarante, Ceará, 0XX85 3315.4195
- 10) Vara do Trabalho de Limoeiro do Norte, situado na Rua Waldemar Falcão, 1655, Centro, Limoeiro do Norte, Ceará. Telefone: 0XX88 3423 1405.
- 11) Vara do Trabalho de Quixadá, situado na Rua Tenente Cravo, 775, Campo Velho, Quixadá, Ceará. Telefone: 0XX88 3412 0599; 3412.2139.
- 12) Vara do Trabalho de Aracati, situado na Av. Cel. Alexanzito, 503, Centro, Aracati, Ceará. Telefone: 0XX88 3421 4299; 3421.4302.
- 13) Vara do Trabalho de Crateús, situado na Rua Hermínio Bezerra, 801, Planalto, Crateús, Ceará. Telefone: 0XX88 3691 2040; 3691.2473.
- 14) Vara do Trabalho de Sobral, situado na Av. Lúcia Sabóia, 500, Centro, Sobral, Ceará. Telefone: 0XX88 3613 2444.
- 15) Vara do Trabalho de Tianguá, situado na Rua Manuel da Rocha Teixeira, s/n, Planalto, Tianguá, Ceará. Telefone: 0XX88 3671 3129; 3671 3975.
- 16) Fórum do Cariri, situado na Rua Rafael Malzoni, 761, Bairro São José, Juazeiro do Norte, Ceará. Telefone: 0XX88 3512 3277, 3571 7388.
- 17) Vara de Iguatu, situado na Rua José de Alencar, s/nº, esquina com José Amaro, Iguatu, Ceará. Telefone: 0XX88 3581 1971

ANEXO III - PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS

Lote	LOCALIDADE	Área total	Preço	Preço	Preço
------	------------	------------	-------	-------	-------

1			médio (M²)	estimado trimestral(R\$)	estimado ANUAL (R\$)
Item		(m²)			
1	Prédio Anexo I do TRT	17721,73	R\$ 0,44	R\$ 7.797,56	R\$ 31.190,24
	Prédio Anexo II do TRT				
	Casa Sede - TRT				
2	Casa entre os prédios	1650,79	R\$ 0,46	R\$ 759,36	R\$ 3.037,44
	Prédio Anexo do Fórum A.Nunes				
3	Vara do Trabalho de Baturité	440,96	R\$ 0,56	R\$ 246,94	R\$ 987,76
4	Vara do Trabalho de Caucaia	440,96	R\$ 0,52	R\$ 229,30	R\$ 917,20
5	Vara do Trabalho de Maracanaú	597,74	R\$ 0,47	R\$ 280,94	R\$ 1.123,76
6	Vara do Trabalho de Eusébio	421,2	R\$ 0,51	R\$ 214,81	R\$ 859,24
	Depósito Jabuti - Eusébio	1486,31	R\$ 0,34	R\$ 505,35	R\$ 2.021,40
7	Vara do Trabalho de São Gonçalo	144,01	R\$ 0,98	R\$ 141,13	R\$ 564,52
8	Vara do Trabalho de Pacajus	440,96	R\$ 0,50	R\$ 220,48	R\$ 881,92
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$ 10.395,87	R\$ 41.583,48
Lote 2			Preço médio (M²)	Preço estimado trimestral(R\$)	Preço estimado ANUAL (R\$)
Item	LOCALIDADE	Área total (m²)			
1	Vara do Trabalho de Limoeiro	440,96	R\$ 0,50	R\$ 220,48	R\$ 881,92
2	Vara do Trabalho de Quixadá	595,74	R\$ 0,63	R\$ 375,32	R\$ 1.501,28
3	Vara do Trabalho de Aracati	472,78	R\$ 0,58	R\$ 274,21	R\$ 1.096,84
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$ 870,01	R\$ 3.480,04
Lote 3			Preço médio (M²)	Preço estimado trimestral(R\$)	Preço estimado ANUAL (R\$)
Item	LOCALIDADE	Área total (m²)			
1	Vara do Trabalho de Crateús	440,96	R\$ 0,34	R\$ 149,93	R\$ 599,72
2	Vara do Trabalho de Sobral	829,77	R\$ 0,43	R\$ 356,80	R\$ 1.427,20
3	Vara do Trabalho de Tianguá	440,96	R\$ 0,60	R\$ 264,58	R\$ 1.058,32
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$ 771,31	R\$ 3.085,24
Lote 4			Preço médio (M²)	Preço estimado trimestral(R\$)	Preço estimado ANUAL (R\$)
Item	LOCALIDADE	Área total (m²)			
1	Fórum do Cariri	3667,17	R\$ 0,39	R\$ 1.430,20	R\$ 5.720,80
2	Vara do Trabalho de Iguatu	689,56	R\$ 0,37	R\$ 255,14	R\$ 1.020,56
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$ 1.685,34	R\$ 6.741,36
				MENSAL	ANUAL
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$ 13.722,53	R\$ 54.890,12

